

O ARQUIVO HISTÓRICO DA CAPES

LILIANE CARNEIRO DOS SANTOS FERREIRA

Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Analista em Ciência e Tecnologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), lotada na Divisão de Arquivo da Coordenação de Gestão de Documentos, Protocolo e Arquivo (DARQ/CDOC/CGLOG/DGES) – Brasília – DF.

MARCELLA MENDES GONÇALVES BRAGA

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Analista em Ciência e Tecnologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Chefe da Divisão de Arquivo (DARQ/CDOC/CGLOG/DGES) – Brasília – DF.

A história do Arquivo¹ da CAPES não é muito diferente de tantos outros arquivos institucionais, ligados à burocracia do Estado brasileiro. Sua trajetória inclui passagens por depósitos pouco adequados à guarda da documentação e mudanças de endereço, inclusive de cidade, pois a CAPES foi criada em 1951 no Rio de Janeiro, então capital federal, e só foi transferida para Brasília na década de 1970. Sofreu com a ação do tempo, cronológico e meteorológico, passou por concepções diferentes do que devia ser guardado e do que poderia ser descartado e foi afetado por incidentes dos mais diversos. Por consequência, podemos afirmar que o Arquivo da CAPES não possui TODOS os documentos produzidos e recebidos pelo órgão na consecução de suas atividades durante toda a sua existência. Mesmo assim, configura-se como testemunho precioso da implementação de políticas públicas que colaboraram diretamente com o desenvolvimento do ensino superior e, mais especificamente, com a formação de pessoal de alta qualificação.

Mesmo existindo na estrutura da CAPES, desde a sua criação, uma unidade responsável pelo Arquivo (ou pela “documentação”), a área nem sempre contou com recursos, especialmente financeiros (esses sempre escassos), para a guarda, tampouco para a disponibilização efetiva da documentação de valor histórico e cultural. Temos que reconhecer que, por um lado, se hoje existe o Arquivo da CAPES, foi sobretudo graças ao esforço de servidores – em especial nosso colega já aposentado Astrogildo Brasil – que reconheceram o

¹ Destacamos que estamos a tratar nesse texto exclusivamente do que se entende por arquivo permanente, definido como o “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor”. Também denominado “arquivo histórico” (Arquivo Nacional, 2005, p. 34).

valor dos papéis amarelados, empoeirados e tantas vezes esquecidos. Eles se empenharam em manter, agrupar e proteger os documentos, além de sensibilizar os gestores sobre a necessidade de zelar pelo patrimônio documental da CAPES.

Por outro lado, a consolidação do papel da CAPES, especialmente no que se refere à avaliação da pós-graduação brasileira, fez crescer o interesse sobre o testemunho documental e, ato contínuo, a necessidade de sua manutenção. Em 2008, foram contratados, por meio de concurso público, arquivistas para compor a então Coordenação de Gestão de Documentos. Em seguida, o Arquivo ganhou um espaço amplo para sua instalação. Processos, dossiês e itens documentais foram higienizados, cadastrados em sistema informatizado, alocados em caixas padronizadas e em estantes deslizantes. Ao implementar procedimentos da prática arquivística, as atividades da CAPES foram mapeadas e esboçou-se um primeiro Plano de Classificação.

O trabalho não parou desde então. A organização e a manutenção do Arquivo continuaram sob responsabilidade da Coordenação, que manteve o acervo acessível para toda a CAPES e para pesquisadores externos à instituição. A maior disponibilidade dos documentos aumentou o interesse pelo acervo e garantiu a permanência da estrutura, ainda que com algumas dificuldades, para o Arquivo da CAPES.

Com a pandemia da COVID-19, o Arquivo buscou nas tecnologias de comunicação alternativas para garantir acesso ao acervo. Implantamos o software livre de descrição e difusão de acervo *Access to Memory* (AtoM), alimentado com documentos de evidente interesse histórico que já haviam recebido tratamento, com estudos para sua contextualização e descrição arquivística. O sistema, disponível pelo sítio www.memoria.capes.gov.br, vem recebendo, desde então, um grande número de visitas, e oferece a pesquisadores um amplo acervo, composto de informes publicados pela CAPES, como os Boletins Informativos (1952-1972) e o Debate CAPES (1979-1982); Relatórios de Atividades (1953-2005) e Documentos dos Conselhos da CAPES (1961-1994).

Assim chegamos ao presente, em que a CAPES pode apresentar seu Arquivo, um tanto mais estruturado e preparado para receber pesquisadores, bem como para fornecer, pela rede mundial de computadores, documentos de interesse histórico². Em 2022, a Divisão de Arquivo foi criada na estrutura organizacional da CAPES, consolidando seu papel, não somente como receptora e guardadora dos documentos produzidos no âmbito de suas atividades, mas como

² Os documentos disponibilizados digitalmente no endereço www.memoria.capes.gov.br estão em consonância com as regras definidas pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

prestadora de um serviço útil à construção de novos conhecimentos, à pesquisa e ao planejamento estratégico. Estamos, então, a construir esse “lugar de memória”³ do ensino superior e da pós-graduação nacional e convidamos, na presente ocasião, toda a comunidade científica a fazer parte dessa iniciativa.

Edição Especial Arquivo CAPES

A presente edição especial pretende apresentar um pequeno segmento do arquivo histórico da CAPES ao público da Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG). Nosso objetivo mais imediato é difundir a existência de um acervo ainda pouco explorado sobre a CAPES, e que se encontra disponível à comunidade científica.

Nos últimos anos, a equipe do Arquivo da CAPES se dedicou a conhecer com profundidade os primeiros documentos relativos à então Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1951-1964). Durante a realização desse trabalho, percebemos o potencial do arquivo, que guarda em suas caixas preciosidades sobre a Campanha, seus idealizadores, seus bolsistas, seus colaboradores.

No intuito de tornar o Arquivo da CAPES conhecido no meio acadêmico, pensamos que a Revista Brasileira de Pós-Graduação seria uma importante parceira. Assim, levamos uma proposta preliminar de divulgação dos documentos ao atual editor da Revista, Renato Carvalheira do Nascimento e sua equipe. Ele não só recebeu com entusiasmo nosso projeto, como nos ofereceu várias possibilidades de publicação, bem como sugestões que nos fizeram chegar ao formato que ora apresentamos. Contamos, igualmente, com o apoio da Diretoria de Gestão da CAPES, unidade em que está lotada a Divisão de Arquivo, da Coordenação de Gestão de Documentos, Protocolo e Arquivo.

Apresentamos, aqui, alguns documentos ainda não divulgados em nosso acervo digital, que trazem luz às primeiras ações da Campanha. Esperamos que essa pequena amostra desperte o interesse pelo acervo, proporcionando novas pesquisas, novos conhecimentos e novas reflexões sobre a CAPES e sua história de sucesso.

³ Pierre Nora (1993) cunhou o conceito “lugar de memória” ao apontar que as transformações ocorridas na sociedade pós-Revolução Industrial serviram para dissociar permanentemente a memória da história. A memória não mais é vivida no cotidiano, e por isso, por ser percebida como algo que se perdeu, é alocada em espaços em que podem ser revisitadas as suas reminiscências.

Sumário dos documentos

- *Documento 1:* Correspondência assinada por Anísio Teixeira em dezembro de 1951, solicitando ao Ministro da Educação e Saúde a extensão do prazo estabelecido pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, para elaboração da proposta de criação da CAPES
- *Documento 2:* Documentos Iniciais
- *Documento 3:* Correspondência assinada por Anísio Teixeira em junho de 1952, encaminhando ao Ministro da Educação e Saúde o Plano da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- *Documento 4:* Proposta para o INEP executar o Plano da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, assinado por Anísio Teixeira em 1952
- *Documento 5:* Exposição de Motivos nº 757, assinado pelo Ministro Simões Filho, encaminhando o Plano da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e seu funcionamento no INEP, de junho de 1952
- *Documento 6:* Página do Diário Oficial com o extrato da Exposição de Motivos nº. 757, de julho de 1952
- *Documento 7:* A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, texto apresentado por Anísio Teixeira na VI Reunião Anual da SBPC em 1954

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em documentos: os primeiros anos (1951-1954)

Uma Campanha Nacional no país dos “práticos sem técnica e dos técnicos sem ciência”

O Decreto nº 29.741 de 11 de julho de 1951 instituía uma Comissão especialmente designada “para promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior” (Art. 1º). Alguns jornais da época, como o Diário de Notícias, o Correio da Manhã e o Jornal do Commercio, deram publicidade à empreitada governamental, de maneira que podemos chamar de “protocolar”: limitaram-se a transcrever o texto do documento.

O caráter rotineiro com que a imprensa tratou da Campanha pode ser visto, no escopo do então segundo governo Vargas, como o ato de se noticiar mais uma das comissões

implementadas pela gestão,⁴ mas também pode ser tomado como um sintoma da resistência estabelecida nos meios de comunicação ao retorno do ditador ao poder. Aliás, os órgãos de imprensa contribuíram ativamente para o desgaste da figura de Vargas (Cf. Abreu; Lattman-Weltman, 2011). A historiografia não deixou de ressaltar o clima conturbado que marcou o período, encerrado com o suicídio do ex-presidente, a 24 de agosto de 1954⁵. Contudo, as dificuldades políticas e econômicas não imobilizariam de todo o governo. Destaca D'Araújo (1992, p. 36-37) que

[do] ponto de vista da capacidade decisória, o segundo Governo Vargas foi, aliás, muito produtivo. Apesar de não existir no parlamento uma coalizão governamental estável, vários projetos importantes foram aprovados, como o da Petrobrás, o do Acordo Militar, o do BNDE, etc.

A Assessoria Econômica, uma assessoria especial criada por Vargas, teria sido a responsável pela produtividade do governo. D'Araújo (1992, p. 152) enfatiza que a criação da Assessoria representou, naquele contexto, um “fato inédito”, por se tratar de um “órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos sobre os principais aspectos da economia do país”. De atuação bastante discreta, conseguiu se manter “na sombra” e foi a “principal responsável pelos grandes projetos que criaram as condições básicas para o programa industrializante de desenvolvimento do Governo seguinte” (Ibid., p. 153). A CAPES foi um dentre tantos projetos⁶ elaborados pela Assessoria. No âmbito do plano para o desenvolvimento econômico e social do país, a Campanha possuía um objetivo estratégico claro: dar as condições “humanas” para a sua consecução.

De fato, o Brasil então carecia de profissionais qualificados, sobretudo de nível superior, nas mais diversas áreas, se desejasse de fato ingressar na “corrida” da

⁴ Fonseca e Salomão (2019, p. 171-172) mencionam, em sua apreciação dos aspectos econômicos do Segundo Governo Vargas, o “aparato institucional pró-desenvolvimento”, que propiciou a condução técnica de várias das políticas implementadas então. Segundo os autores, durante o período, “conceberam-se comissões com finalidades específicas [...] e para propor planos nacionais [...]”.

⁵ Há certa divergência, contudo, no que se refere à quando teria se instalado a crise. D'Araújo defende que ela se dá logo na candidatura de Vargas, acentuando-se na medida em que transcorre o mandato. Há outra vertente interpretativa, em que se aponta uma “virada à esquerda”, iniciada entre o segundo e o terceiro ano do mandato, como gatilho para a instabilidade política.

⁶ D'Araújo (1992, p. 152) cita vários projetos que se encontravam no escopo de atuação da Assessoria Econômica: “Petrobrás, Fundo Nacional de Eletrificação, Eletrobrás, Plano Nacional do Carvão, Capes, Reforma Administrativa, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão Nacional de Política Agrária, Comissão de Desenvolvimento Industrial (subordinada ao Ministério da Fazenda), Banco do Nordeste do Brasil, Plano Nacional do Babaçu, além do planejamento para a indústria automobilística, através da Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, e a elaboração de projetos relativos ao seguro agrícola e ao crédito rural”.

industrialização⁷. Aliás, é importante salientar que, naquele momento, o ensino superior ainda era bastante restrito. Dados citados por Cunha (2007, p. 17) mostram que, “[em] 1945, o ensino superior brasileiro compreendia cinco universidades, no sentido estrito, e 293 estabelecimentos isolados”. A demanda por profissionais não se restringia à indústria. O Brasil experimentava um grande reordenamento da atividade econômica, que levou a transformações profundas em todos os setores, além do industrial. Assim, o sentido da política pública proposta por Vargas, no âmbito do que se convencionou chamar de “nacional-desenvolvimentismo” (Skidmore, 1969, 118-120), induzia à modernização da produção agrícola; à necessidade de serviços para a população que então se urbanizava cada vez mais (saúde, educação, obras públicas) e a um serviço público mais “técnico”, capaz de “identificar os pontos de estrangulamento no movimento capital e, diante de recursos limitados, apontar as alternativas ‘mais benéficas’” (Cunha, 2007, p. 41).

É nesse contexto que podemos explicar o uso do termo “campanha”, cuja palavra, emprestada do glossário militar, denota um esforço concentrado, no tempo e/ou no espaço, visando a um objetivo estratégico. Aliás, o sentido de enfrentamento coletivo urgente, presente na fala de Simões Filho, então Ministro da Educação e Saúde, circunscreve o significado da campanha que o governo buscava imprimir:

Para corrigir uma deformidade congênita da nossa formação profissional, não seria adequada mais uma lei ou mais uma repartição pública. Daí a ideia de uma campanha. Alguma coisa de vivo que desperte o interesse e a colaboração de todos. Esperamos em breve poder sair do regime dos “práticos sem técnica e dos técnicos sem ciência”. Há muitas resistências a enfrentar, mas há disposição para a nova campanha. O Brasil precisa de todos para torná-la vitoriosa (Documentos Iniciais, p. 5).

A entrevista concedida por Simões Filho dias após a publicação do Decreto que instituía a Comissão, cujas partes podem ser lidas na primeira publicação Documentos Iniciais, de março de 1952, deixa clara a urgência, o sentido de pressa do governo em resolver o problema de falta de pessoal que travava o desenvolvimento do país. Por que, então, a demora em tirar a Campanha do papel?

⁷ O processo de industrialização do país, ou de “substituição das importações”, se iniciara ainda no primeiro governo Vargas, na década de 1930. Quando Vargas é eleito para novo mandato, em 1950, tem-se, segundo Cunha (2007, p. 33), uma “nova etapa do processo de substituição de importações, passando a se fabricarem no país os meios de produção, isto é, bens intermediários (papel, aço, cimento, petróleo, vidro) e bens de capital (máquinas, veículos, utensílios e instalações industriais)”.

Iniciando a campanha

Entre a publicação do Decreto e o início dos trabalhos passaram-se alguns meses sem qualquer atividade. O Decreto Presidencial indicando os componentes da Comissão data de 16 de novembro de 1951, e a primeira reunião do grupo ocorreria ainda mais tarde, já em dezembro, conforme explica o documento assinado por Anísio Teixeira, de 14 de dezembro de 1951 (*Documento 1*).

2. Circunstancias [sic] diversas, entretanto, determinaram que a Comissão apenas pudesse ser designada a 16 de Novembro e, devido à ausencia [sic] de um dos membros, não viesse a ser instalada senão a 7 do corrente mes [sic].

Quais teriam sido as “circunstâncias diversas” a que se refere o texto? Não temos como precisar ao certo. A historiografia sobre o período nos oferece informações sobre a conjuntura político-econômica, que pode guardar alguma relação, ou ao menos, contextualizar e oferecer algumas linhas de análise para a formulação de hipóteses. Tomando a já citada obra de Maria Celina D’Araujo (1992, p. 21), temos a relevante crítica da autora à interpretação de colegas que costumavam apontar dois momentos do Segundo Governo Vargas, sob o ponto de vista político⁸:

O primeiro iria de 1951 até meados de 1953, e seria marcado por uma política de conciliação com os setores conservadores, evidenciada na composição do seu primeiro ministério: o “Ministério da Experiência”. [...] A partir de 1953, com o recrudescimento do movimento de massas, alteram-se a aliança de classes e a política de conciliação do Governo. Esse segundo momento seria marcado por uma orientação mais trabalhista, voltada para os interesses populares, em detrimento da conciliação com os setores conservadores. Essa “virada” empreendida pelo Governo estaria evidenciada por dois marcos: a reforma ministerial de junho-julho de 1953 e a instrução 70 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), [...] tida comum golpe contra os grupos comerciais em prol da industrialização [...].

Do ponto de vista econômico, também há interpretações nesse sentido, como a abordagem de Fonseca e Salomão (2019, p. 167). No caso, os autores apontam que, sobretudo no primeiro ano do governo, Vargas adotara uma postura conservadora, uma “preferência pela estabilidade”, evitando empregar recursos ou mesmo realizar certas ações que haviam sido prometidas em sua campanha como candidato à presidência, em um esforço pela estabilização

⁸ A autora discorda da interpretação dada pela então historiografia corrente sobre a “virada” à esquerda, ou mesmo de que houvesse dois momentos distintos na administração varguista. Ela deixa isso claro no decorrer do texto, enfatizando ao final: “não se pode falar em duas fases distintas do Governo e, conseqüentemente [sic], numa ‘virada’ de orientações responsável pela situação de crise que impediu o término do mandato do Presidente” (1992, p. 181).

econômica. No segundo ano, ele mudaria sua orientação, ao “abrandar [...] o rigor da política econômica”, buscando investir nas políticas desenvolvimentistas. A mudança de direção econômica, apontada por Fonseca e Salomão, poderia ter levado o governo a liberar os recursos para a CAPES. Essa é, no entanto, uma suposição que carece de aferição, e que escapa do nosso propósito no presente texto.

No que tange aos trâmites políticos, não nos é conhecido se houve embaraços na escolha dos nomes para a Comissão, nem mesmo sobre a indicação de Anísio Teixeira. Sabemos que houve algumas rusgas passadas durante o primeiro governo Vargas, como a simpatia nutrida por Teixeira pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁹, fechada em 1935 (Cunha, 2007, p. 244), bem como pela liderança que exercera no projeto da Universidade do Distrito Federal (Ibid, 249). Contudo, tais diferenças pareciam superadas, se considerarmos sincero o discurso do Ministro Simões Filho na inauguração dos trabalhos da Comissão: “Designo-o Secretário Geral do novo órgão, com aprovação e louvor do Senhor Presidente da República” (Documentos Iniciais, p. 11).

Outros fatores podem ter levado à postergação da instalação efetiva da Comissão e da Campanha, e talvez não seja possível precisar a(s) causa(s) que levaram ao atraso. Contudo, uma vez que se instalaram os trabalhos, o processo de implementação das ações pela Comissão foi imediato, priorizando ações que não dependessem de recursos que seriam ainda destacados. Aliás, fica evidente, na publicação Documentos Iniciais (*Documento 2*), a preocupação em se acelerar ao máximo os procedimentos necessários para iniciar a Campanha, especialmente no âmbito do planejamento. Nesse ponto, os documentos que apresentamos aqui estão fartos de informações e detalhes interessantes.

Os documentos¹⁰

Destacamos como *Documento 1* uma carta assinada por Anísio Teixeira, solicitando ao Ministro Simões Filho a extensão do prazo estabelecido pelo Decreto de criação da CAPES.

⁹ A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma ampla frente, criada em 1935, composta por intelectuais e militares; de orientações políticas diversas, como socialistas, comunistas, católicos e democratas. Visava enfrentar o fascismo e o imperialismo, confrontando diretamente a Ação Integralista Brasileira (AIB).

¹⁰ Antes de tratarmos dos documentos, é preciso esclarecer que o que apresentamos nessa edição especial não configura a totalidade de documentos dessa época existente no Arquivo Central da CAPES. Preferimos dar relevância àqueles que nos pareciam mais importantes, tanto por seu conteúdo, quanto pelo ineditismo. Salientamos a disponibilidade da equipe do Arquivo em dar acesso à integralidade do dossiê em que estão agrupados os documentos aqui apresentados, e que em breve eles estarão no *AtoM* da CAPES (www.memoria.capes.gov.br).

O decreto que instituiu a Comissão definia para 31 de dezembro de 1951 o limite temporal para apresentação da forma que seria dada à entidade que executaria a Campanha. O atraso nas providências relativas à nomeação dos representantes, que tratamos anteriormente, resultou na necessidade de adiamento dessa ação. A correspondência, portanto, traz o pedido da Comissão recém-instalada, para que a data fosse transferida para 30 de junho no ano seguinte.

No mesmo documento, observamos um despacho de 17 de dezembro de 1951, de próprio punho, possivelmente de algum oficial de gabinete do Ministro. Está ali registrada a elaboração de Exposição de Motivos – correspondência oficial entre Ministro de Estado e Presidência da República – e minuta do Decreto que sairia dias depois, sob o número 30.286/51. A minuta ou mesmo o original da Exposição de Motivos, se ainda existente, não está sob a guarda do Arquivo da CAPES¹¹.

Da mesma forma, pouco temos sobre as primeiras reuniões da Comissão em nosso acervo¹². Porém, a primeira publicação da Campanha, intitulado Documentos Iniciais, serviu ao propósito de registrar alguns marcos importantes dos primeiros eventos da Comissão. Assim, destacamos como *Documento 2* essa publicação, de março de 1952, tão relevante para firmar os alicerces da CAPES.

Constam dessa publicação excertos de falas dadas à imprensa por Simões Filho e Anísio Teixeira, o discurso proferido pelo Ministro na primeira reunião da Comissão, cartas de sugestões de trabalho de dois membros da Comissão, bem como os Decretos de criação da CAPES e de nomeação de Anísio Teixeira, como secretário-geral, e dos demais membros.

Durante os primeiros meses de 1952, ocorreriam reuniões para que a Comissão discutisse o formato da Campanha. Não temos como precisar quantos encontros ocorreram, tampouco o que foi tratado em cada um deles, pois não encontramos, no Arquivo, qualquer documento relativo a eles¹³. Sabemos que a 13 de junho de 1952 foi realizada a sessão que indicou o então Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), hoje Instituto Nacional de

¹¹ É importante destacar que a CAPES nasceu no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, na época, mas não se configura como órgão autônomo, aliás, tampouco como órgão. Conforme deixa claro o Ministro Simões Filho em uma de suas falas quando do início dos trabalhos, a resposta à demanda por formação de pessoal, de tão urgente, não poderia se dar por meio de “mais uma lei ou mais uma repartição pública” (Cf. Documento 2). Dessa forma, a guarda documental ficou difusa, sendo possível encontrar documentos sobre a Campanha tanto nos acervos do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

¹² O INEP possui alguns documentos que tratam dos momentos iniciais da CAPES em seu acervo digital, disponível no *AtoM* do Instituto, a partir do endereço eletrônico <http://arquivohistorico.inep.gov.br/>.

¹³ Sabemos que há documentos ainda a ser explorados que estão guardados em microfilme. Esperamos que, muito em breve, possamos iniciar o processo de varredura dessa documentação e sua digitalização.

Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, como o órgão executivo da Campanha. Deliberou-se, também, sobre o plano de trabalho, conforme demonstra a correspondência oficial assinada por Anísio Teixeira, destinada ao Ministro, datada de 28 de junho de 1952, apresentado aqui como *Documento 3*.

Quando o INEP foi definido como o órgão executor da Campanha, Anísio havia sido nomeado, poucos dias antes, Diretor do próprio Instituto em 03 de junho de 1952. Esse fato contribuiu para a solução proposta, uma vez que Teixeira poderia mais facilmente ficar a par de ambas as ações que agora estavam sob sua alçada, conforme evidencia a “Proposta”, da qual falaremos adiante.

A correspondência de 28 de junho trazia uma síntese das deliberações e da forma como seria executada a primeira fase da Campanha, mesmo sem a consecução dos estudos, os quais não haviam sido empreendidos (ou finalizados) naquele momento. Sugeriu a inclusão da Campanha nas rubricas financeiras destinadas às “Campanhas Extraordinárias de Educação”, no intuito de se ter com maior celeridade a liberação dos recursos ao INEP (ver Linha do Tempo mais abaixo). Indica, ainda, que os projetos de bolsas e contratação de professores estrangeiros se daria individualmente, levando em consideração os critérios de “necessidade da vinda ou remessa do professor ou estudante, as condições de êxito do ensino ou estudo e, por fim, a segurança do resultado e garantia do emprêgo dos elementos aperfeiçoados” (grifos no original).

Em anexo, seguiu a “Proposta para que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos seja o órgão incumbido da execução da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em sua fase inicial, de acordo com o Plano Preliminar aqui exposto”, o *Documento 4*. A versão ora apresentada, diferentemente daquela existente no sítio do Arquivo Histórico do INEP – possivelmente um rascunho dessa – vem assinada pelo Secretário Geral, Anísio Teixeira, tendo suas folhas todas rubricadas por ele.

Esse documento é fundamental para compreender as primeiras diretrizes de trabalho definidas para a CAPES. Detalha os procedimentos adotados para a elaboração das pesquisas necessárias ao levantamento das carências por profissionais nas diversas áreas¹⁴ e estipula as ações do que se denominou “fase preliminar da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”. A fase preliminar consistia em três eixos: a promoção de missões

¹⁴ Constam, no documento físico, vários anexos relativos aos modelos das fichas de coleta das informações. As respostas, no entanto, não foram localizadas no Arquivo da CAPES.

universitárias estrangeiras ao país, o envio de graduados brasileiros ao estrangeiro e a concessão de bolsas de estudo de nível superior dentro do país. Seria essa etapa responsabilidade do INEP, tendo o Diretor o papel de Secretário Geral, já mencionado anteriormente. A Comissão mantinha sua função deliberativa e as decisões dali emanadas seriam submetidas à homologação do Ministro de Educação e Saúde.

Com o formato da execução da Campanha estabelecido, o Ministro, a 30 de junho, endereçava ao Presidente a Exposição de Motivos nº. 757/52 (*Documento 5*), homologando a íntegra da proposta realizada pela Comissão, inclusive no que se referia ao orçamento no âmbito das “Campanhas Extraordinárias da Educação”. No acervo, possuímos o documento com a assinatura de Simões Filho, bem como uma folha do Diário Oficial contendo o extrato da publicação da Exposição de Motivos (*Documento 6*).

Acertados os pontos institucionais e o planejamento das primeiras ações da Campanha, faltava ainda a liberação dos recursos para sua execução, os quais não tardariam a ser disponibilizados. A partir de então, começavam, efetivamente, as atividades, com a contratação dos primeiros professores estrangeiros, o pagamento de bolsas e a realização dos estudos que subsidiariam as decisões da Comissão. O acervo digital disponibilizado no sítio www.memoria.capes.gov.br traz importantes documentos dessa época, como os *Boletins Informativos* – publicação mensal da Campanha, cujo primeiro número data de dezembro de 1952, tinha como objetivo noticiar oportunidades de bolsas de estudo, cursos, eventos científicos etc., e informar sobre as atividades da Campanha e da Comissão –; e os *Relatórios de Atividades* – relato periódico oficial, em que eram informados, às autoridades (Ministro e Presidente da República), os feitos da CAPES no período a que se referia.

No Arquivo da CAPES, ainda há dossiês de bolsistas e professores contratados nos primeiros anos de funcionamento da Campanha. Todo esse conjunto documental passou, recentemente, por processo de varredura, estudo e descrição, resultando na elaboração de uma proposta de “quadro de arranjo”¹⁵, e constitui material imprescindível para conhecermos o dia-a-dia das atividades da CAPES de então. Por ora, estão disponíveis apenas fisicamente, não existindo, no momento, programação para sua digitalização e disponibilização no AtoM.¹⁶

¹⁵ De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), quadro de arranjo define-se como o “[esquema] estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes”.

¹⁶ Dependemos de máquinas digitalizadoras adequadas para esse procedimento.

Para fechar a presente edição, selecionamos um documento, de que temos apenas a cópia. Acreditamos tratar-se do texto apresentado por Anísio Teixeira na VI Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizado em Ribeirão Preto, em novembro de 1954. Nele, o então Secretário-Geral da Campanha apresenta um balanço das atividades, explicitando os desafios enfrentados, as expectativas frustradas e a resiliência de Anísio e dos demais componentes da Campanha em atingir os objetivos traçados para ela. É um relevante testemunho da continuidade das ações, mesmo após o desfecho trágico do governo Vargas, ocorrido poucos meses antes da Reunião.

Considerações finais

A CAPES, como Campanha, foi criada em 1951 para responder a uma demanda urgente e, em linhas gerais, definida. Os documentos que apresentamos aqui, assim como outros da época, que estão disponíveis do AtoM e no Arquivo Central do órgão, todos testemunhos de seus primeiros momentos, demonstram a amplitude da tarefa e nos deixam a dúvida sobre o tempo que ela duraria. Como campanha, tendemos a pensar em algo provisório, com prazo determinado e, uma vez cumprido seu objetivo, deixaria de existir. Contudo, não parece ter sido esse o caso e algumas passagens parecem indicar sua permanência.

Ficamos com essa impressão, especialmente ao ler, na Proposta (*Documento 4*), o penúltimo parágrafo, que expressa o que se esperava, em 1952, do futuro da Campanha:

Conforme fossem o êxito do empreendimento e as verificações efetuadas pelos inquéritos em andamento, a presente Campanha, assim iniciada, se desenvolveria, gradualmente, até poder constituir-se num verdadeiro serviço de aperfeiçoamento de nosso ensino superior e do enriquecimento dos quadros da cultura nacional em todos os setores e ramos da ciência, das humanidades e das artes.

Certamente, boa parte da tarefa que cabia à CAPES haveria de se tornar permanente, como de fato o foi e vem sendo. E provavelmente, alguns de seus idealizadores, sobretudo Anísio Teixeira, possuía maior clareza da dimensão do que havia a ser feito, portanto, da sua perenidade.

A Campanha, como tal, durou ainda até 1964. O golpe civil-militar criou, via decreto, uma coordenação para a mesma finalidade, aproveitando inclusive o mesmo acrônimo. Passados mais de 70 anos, olhando em retrospecto, é possível ver os caminhos tomados a partir da documentação que se encontra disponível no acervo para consulta. Esperamos que essa

pequena amostra suscite a curiosidade, a proposição de muitas perguntas e a busca por mais conhecimento acerca da CAPES e da trajetória educacional brasileira.

Referências

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In.: GOMES, A. de C. (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011, p. 24-72.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, J. d'A. **Retrodição**: um problema para a construção do tempo histórico. Ler História [Online], 65 | 2013, posto online no dia 13 abril 2015, consultado no dia 29 dezembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/498>. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.498>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Inep 80 anos: 1937-2017**. Brasília: Viva Editora, 2018.

CORDOVA, R. A. *et al.* **A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro**. Brasília: UNESCO, 1986.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior, na república populista**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

D'ARAUJO, M. C. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. O nacional-desenvolvimentismo em tempos de Getúlio Vargas (1951-1953). In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964)**. v. 3, 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 155-177.

GOUVÊA, F. C. F. A institucionalização da Pós-Graduação no Brasil: o primeiro decênio da CAPES (1951-1961). **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 9. n. 17, jul., 2011, p. 373-397.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, jul./dez., 1993, p. 7-28.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

Linha do tempo

Data	Ocorrência	Ministro	Presidente
11/07/1951	Decreto 29.741 institui a Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - no âmbito do Ministério da Educação e Saúde.	Ernesto Simões Filho (31/01/1951- 25/05/1953)	Getúlio Vargas (31/01/1951- 24/08/1954)
12/11/1951	Ministro Simões Filho designa Anísio Teixeira como Secretário-Geral da Comissão		
16/11/1951	Designação da Comissão		
07/12/1951	Instalação efetiva da Comissão		
14/12/1951	Ofício de Anísio Teixeira ao Ministro, solicitando a extensão do prazo determinado pelo Decreto 29.741. Como motivo para a dilatação do prazo, elenca o atraso na designação e nas reuniões da Comissão; e a necessidade de estudos prévios para definir o plano de trabalho da CAPES. O prazo deveria ser estendido para 30/06/1952.		
17/12/1951	Exposição de Motivos do Ministro Simões Filho ao Presidente da República, solicitando a extensão do prazo, conforme ofício de Anísio Teixeira.		
19/12/1951	Decreto 30.286 modifica o Decreto 29.741 quanto ao prazo para apresentação do Plano da CAPES		
01/03/1952	Publicação “Documentos Iniciais”		
03/06/1952	Anísio Teixeira assume a Direção do INEP		
13/06/1952	Comissão aprova o Plano da Campanha		
28/06/1952	Apresentação do Plano ao Ministro da Educação e Saúde, em que se sugere que o INEP seja a entidade executora da CAPES.		
30/06/1952	Exposição de Motivos n. 757: submete o Plano à aprovação presidencial.		
28/07/1952	Destaque a verba do INEP para a CAPES.		
29/07/1952	Publicação em DOU da aprovação do Plano pela presidência da República. A aprovação data do dia anterior, 28/07/1952.		
23/09/1952	Depósito, no Banco do Brasil, da verba destinada ao funcionamento da CAPES		

12/1952	Publicação do primeiro número do Boletim Informativo da CAPES		
17/03/1953	V Reunião da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, realizada no Gabinete do Ministro da Educação e Saúde		
26/05/1953	Início da gestão do Ministro Interino Péricles Madureira de Pinho	Péricles Madureira de Pinho (interino) (26/05 - 24/06/1953)	
25/06/1953	Início da gestão do Ministro Antônio Balbino	Antonio Balbino (26/06/1953- 02/07/1954)	
25/07/1953	Lei n. 1920 transforma o Ministério da Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura.		
06/07/1954	Início da gestão do Ministro Edgard Santos	Edgard Santos (06/07- 02/09/1954)	
24/08/1954	Morte de Getúlio Vargas		
06/07/1954 a 02/09/1954		Edgard Santos (06/07- 02/09/1954)	Café Filho (24/08/1954- 08/11/1955)
13/11/1954	Anísio Teixeira apresenta a organização e as realizações da CAPES na VI Reunião Anual da SBPC, em Ribeirão Preto, SP.		Nereu Ramos (11/11/1955 a 31/01/1956)
18/11/1955 a 31/01/1956		Abgar Renault (18/11/1955 a 31/01/1956)	